

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

“ESTAS EM VOSSA CASA. ESTE É O LUGAR DOS AMERICANOS”

Profª Grazielle Rodrigues do Nascimento.
Mestre em História Social pela UFPE,
Pesquisadora CEPEHC-Fernando de Noronha e
Coordenadora do grupo de pesquisa Noronha Multifacetado
graziellerodrigues379@hotmail.com

O final da década de 1950 foi particular para a ilha de Fernando de Noronha. Uma ilha que via aos poucos o seu cotidiano sendo alterado pelos ventos da Guerra Fria cuja dinâmica das relações da política externa brasileira resultavam na instalação de uma base militar norte-americana em seus arredores. Dividir este dia-a-dia com o estrangeiro americano que desembarcava se mostrava como “uma afronta a soberania do Brasil” para alguns que viveram esta época. Revisitar este tempo pretérito, nos possibilita refletir sobre a convivência entre os técnicos norte-americanos que operavam os *mísseis teleguiados* e os moradores da ilha. Os relatos orais acerca desse período, juntamente com alguns recortes dos jornais que circulavam na capital pernambucana (como o Diário de Pernambuco e o Jornal do Comércio) mostra uma trama em que a convivência entre americanos e brasileiros ora se apresentava conflitante, quando se percebe uma dicotomia entre a necessidade dos recursos que a base oferecia a ilha (como assistência a saúde e o transporte aéreo) e o sentimento antiamericano que pairava sobre alguns militares; ora se apresentava conveniente, quando o dólar poderia render lucros a quem se aventurasse a ir trabalhar para o americano. Assim, esta presença americana mudaria de certo o dia-a-dia de uma ilha em meio ao Oceano Atlântico.

O ajustamento para que a presença dos Estados Unidos fosse efetivada na Ilha de Noronha, teve como base atos diplomáticos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos ocorridos no ano de 1942, em plena Segunda Guerra Mundial. Nesse ano, no Rio de Janeiro, a Conferência dos Chanceleres, num sentido estritamente militar, decidia que seria tarefa exclusiva das Forças Armadas norte-americana a defesa hemisférica (numa escala internacional), cabendo às Forças Armadas da latino-América

a manutenção da ordem política e social (interna) dentro de seus territórios. Em 1945, na Conferência do México, as nações latino-americanas defendiam a multipolarização desta defesa hemisférica, sendo esse argumento contestado pelos representantes do governo dos Estados Unidos, os quais se baseavam no princípio da *Defesa Nacional Estadunidense*. Ficando, portanto, deliberada o sentido bipolar dessa defesa na Ata de Chapultepec, que versa sobre a Assistência Recíproca e Solidariedade Americana. No ano de 1947, foi assinado o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca) que funcionaria em caso de agressão ou ameaça de agressão (MOURA. CPDOC 1990: pp 48 e 49). Reforçados majoritariamente em 1952, esses tratados internacionais forneciam treinamentos, equipamentos e assistência militar, em especial nos estoques norte-americanos. Até meados da década de 1960, mais de 02 bilhões de dólares tinham sido utilizados nesses programas (MOURA 1990: pp 36, 40 e 44).

O que ocorria no ano de 1957, em Fernando de Noronha, era uma concessão de uso por parte do governo americano à instalação de uma base de monitoramento de mísseis – “os teleguiados” - na fala dos habitantes locais - baseado nos tratados militares acima citados. O clima frio de uma guerra de escalas internacionais não era tão fácil de ser percebida na ilha, já que o isolamento submetido aos que lá residiam engendrava um certo *quê* de esquecimento do ‘mundo lá fora’. Esquecimento esse que mais tarde também seria experimentado pelos americanos que para lá eram enviados.

Na ordem da política externa, Brasil e Estados Unidos decidiam sobre a Segurança Intercontinental (num sentido bilateral) cujo discurso de salvaguarda da Soberania e territórios do mundo Ocidental¹ regimentava acordos políticos econômicos com escopo militar. Trabalhar com os documentos acerca desse período é tratar com uma memória gestada em esquecimentos. Seja por se tratar de documentos sigilosos, por estarmos trabalhando com o caráter de Segurança; seja por alguns terem “perdido no tempo” a experiência do vivido.

A presença dos Estados Unidos:

Para Noronha foi destinado um contingente de 150 norte-americanos. No início

os norte-americanos estiveram em Fernando de Noronha durante todo o mês de novembro e começo de dezembro. Vieram em seis navios, sendo dois muito grandes, e desembarcaram grande quantidade de material em helicópteros que atravessaram os céus da ilha, baixando em clareiras, abertas na ponta da sapata (morro do Farol, uma das extremidades da ilha de difícil acesso), Morro do Francês e Ilha Rata. Ali, construíram acampamentos...Os habitantes limitavam-se a observar os helicópteros que carregava tudo (Apeje DP: 27/01/1957)

para depois serem erguidos os *iglus*: bangalôs estadunidense que traziam uma nova concepção de organização militar, que era sentida na área restrita aos americanos. Formou-se uma base planejada e livre dos olhares militar brasileiro, com “instalações moderníssimas e luxuosas”, na visão do repórter João Silveira. Isso causava um certo estranhamento nos que residiam em Fernando de Noronha – no caso a comunidade local – pois não significava que esse ordenamento militar tivesse a participação brasileira, como de costume se via acontecer nas construções patrocinadas pelo Exército brasileiro, a qual a ilha estava subordinada.² A independência e o isolamento da base americana para o restante da ilha, nos é demonstrado quando os “helicópteros carregavam tudo” de tal forma que restava a população, civil e ou militar, ficar de fora, apenas presenciando a manobra. Demonstração essa de que um outro poder bélico e administrativo, estava se configurando nesse cotidiano fernandino.

Os acordos assinados a essa instalação, concedia o aluguel da ilha a esses estrangeiros no prazo de cinco anos possíveis de renovação. Em troca seria disponibilizado ao governo brasileiro equipamentos eletrônico e o desenvolvimento do sistema de comunicação instalado no Morro Francês, também conhecido como o ponto de transmissão e recepção de rádio, como relata Seu Davi Alves Cordeiro, um senhor de 76 anos que trabalhara na base de teleguiados no ano de 1958:

Aquela área foi um acordo do tempo que Juscelino era o presidente. Foi um acordo que os americanos fizeram com o Brasil para fazer aqui; para montar uma base; não era fixa. Era não-fixa. É somente de testes de experiências por cinco anos de teleguiados. Essa foi o que construíram aquela área. ...a companhia John Tompkins que era a companhia da construção da base. Ai veio um efetivo americano de oitenta americanos da Pan-América. Tudo era técnico de comunicações, de radar. Tinha estação de rádio. Eram cinco casas de estação-rádio. Era uma base de rastreamento de foguetes. (Seu Davi julho de 2007).

Dentro desse ambiente insular, havia os contra e os a favor a essa presença estrangeira. Ao comandante da ilha de Fernando de Noronha, Major Abelardo

Alvarenga Mafra “era um momento delicado e que deveria ser visto com cautela”; já para a população local era uma oportunidade de extra, ou como o Seu Davi relata, ‘extraordinário’: “...ali era tudo certinho. Se você passasse da hora, eles pagavam o seu extraordinário. É um envelope com dinheiro semanal que era pago por fora, e vem outro envelopezinho com o extraordinário”.

A relação entre estrangeiros e brasileiros era cordial. Recebiam ordens para não se misturar uns com os outros. O Tenente-Coronel José Francisco da Costa, que assumiu o comando da ilha no lugar do Major Mafra em 1958, tinha a

autoridade para inclusive ordenar a saída de qualquer americano que se comportasse mal. Circunstância difícil de ocorrer, porque os americanos têm rigorosas instruções do pentágono no sentido de tratarem cordialmente os habitantes locais e de não se salientarem, nem de confraternizarem demais com os nativos (Apeje Revista O Cruzeiro: 1959).

As rigorosas instruções acarretavam a solidão que mesmo de intensidade diferente da vivida por quem morava a tempo na ilha, lhes castigava tanto quanto aos brasileiros e criavam estratégias para “esquecer o abandono a que relegou o governo do Brasil”. Segundo um relato para “agüentar viver sem padre, sem médico e sem dentista, distraiam-se dispendiosamente com alguns tragos de cachaça” (Apeje DP: 25/01/1957).

Pois bem! Isolamento, esquecimento, transgressão e disciplina são uma constante no dia-a-dia noronhense. E que os tomo como pilares da teia social que configurava a Noronha dos *anos dourados*. A vinda desses americanos dava um novo sentido a esse cotidiano. Afinal, era o “milagre” americano que mudaria a vida dos ilhéus para melhor e isso significava dólar e trabalho. Informações como essas eram publicadas pelo Diário de Pernambuco (1957), como uma estratégia para desarticular discursos que viam a presença americana em território brasileiro uma intromissão na política nacional. Transformar *o americano* em um milagre, transformava a fala de um pescador em ferramenta de propaganda *pró-americano*:

Noronha não tem mais nada a dá. Até o nosso peixe dizem que não presta mais, e o Recife não quer mais comprá-lo. Só um milagre poderia salvar esta ilha. Esse milagre será a vinda do americano. O dinheiro vai correr solto e muita gente vai ter onde trabalhar. (Apeje; hemeroteca; DP: 25/01/1957).

Ainda para o comandante Major Mafra, o “momento era delicado”, pois se fazia presente uma nova “ordem de poder e que se acentuava com a chegada não do ser

americano”, mas sim do fator econômico: o dólar. O poder constituído a partir de então mexia com a vontade de saber algum ofício que dêsse condições aos ilhéus a ir trabalhar com o estrangeiro, pelo simples fato de receber a mais que o pago pelo governo brasileiro.

Segundo memorando assinado pelo General Nestor Souto de Oliveira, (que era também presidente da Comissão Mista Militar Brasil – Estados Unidos), em 07 de junho de 1962, “O homem insular simples e pacato” defrontava-se “com um mundo de instalações complexas e ultra modernas” de telemetria eletrônica, transmissão, recepção, posto meteorológico, estação de tratamento de água, sistema de localização de impactos dos mísseis, estação de produção de energia elétrica, além dos depósitos de água e combustível, somando um total de 11 edifícios construídos para servirem ao propósito americano. “O ar-condicionado que a ilha não conhecia tomou conta das instalações americanas na Campina do Boldró, no Morro Francês e em outras localidades”. (APEJE; hemeroteca; DP: 27/01/1957).

Refletir acerca desses espaços que foram construídos neste período na ilha (e que ainda é possível de percebê-lo ainda hoje ao andar pelas estradas de pretas pedras) é deparar com o público e o privado imbricados, se confundindo em diferentes espaços: um espaço urbano gerenciado pelas relações administrativas e comerciais desenvolvido pelo turismo; um espaço rural que ainda persisti com criação de ovelhas, prática desenvolvida desde o período militar; e um espaço litorâneo em que as paredes de águas salgadas são os nossos limites. Os olhares desatentos imaginam essa ilha cercada pela natureza, como um espaço ecologicamente ‘correto’, e que tem como garantia a preservação de parte da flora e fauna brasileiras. No entanto, não se percebe a interação do que lhe é natural com o que lhe foi construído para atender a urbanização e as relações sociais e de poder constituídas no local.

Tecnologia *versus* tempo colonial:

Fernando de Noronha nos finais dos anos de 1950 vivia-se, no que se costuma dizer na ilha, o “tempo dos coronéis”. Não se faz, nessa denotação, alusão ao tempo dos coronéis visto no interior do Brasil, mas os coronéis oficialmente regidos pelas

instâncias militares, a qual administrava e salvaguardava a ilha para os brasileiros. Um coronelismo, por assim dizer, a mando do gestor da Ordem Nacional e que seguia códigos e ordens de condutas e disciplinas e militares. A administração da ilha, que então era tida um Território Federal, estava subordinada ao Ministério do Exército, visto que Fernando de Noronha era uma área de segurança para o Oceano Atlântico.

Urbanisticamente, enquanto Recife vivia uma fase de projetos audaciosos a organização dos seus espaços urbanos com construção de largas avenidas e arranha-céus e as tentativas de solucionar o sistema de transporte, Noronha se encontrava apática³ a todas essas inovações urbanísticas e de arquitetura. No entanto, detinha das suas características para tal, que seguia as ordens ditadas pelos ditos “coronéis”. A organização urbana da ilha seguia uma conduta disciplinar exigida nos quartéis e que beneficiava o vigiamento desses insulares para atender as normas de Segurança Nacional. Clarice Peixoto, na sua dissertação de mestrado nos revela que em Fernando de Noronha

distribuir os indivíduos no espaço era, de certo modo, uma exigência da disciplina imposta pelos militares para evitar a deserção, a vadiagem, e a aglomeração. Essa concepção arquitetural, que vai pouco a pouco codificando os espaços, determinava que a moradia do governador ficasse assentada no alto de uma colina, de onde se avistassem as principais vilas da ilha e a vila dos pescadores (PEIXOTO 1983: pp 62).

Essa idéia de vigiamento constante fazia manter uma estrutura arquitetônica seguindo as diretrizes militares, sem rebuscamentos e sem a necessidade que fosse instalado o modernismo da engenharia da época, como os edifícios de muitos andares e que tinham em suas bases colunas, arcos, etc. Quando se dá a entrada dos Estados Unidos na ilha de Fernando de Noronha, no final do ano de 1957, essa estrutura espacial sofre influências arquitetônicas e urbanas, vistas até hoje.

Num relatório dirigido ao governador do Território, Coronel José Francisco da Costa, os técnicos enviados pela Escola Superior de Guerra (ESG), trazem-nos especificações quanto à habitação local, encontrando

cerca de 150 casas distribuídas pela vila dos remédios e mais outros quatro pequenos povoados em outros pontos da ilha. Praticamente a totalidade das casas foi construída durante o tempo do presídio, ou antes. Sua construção e estado de conservação são precários quase todas não contando com instalações sanitárias. O palácio de governo é bem montado e considerando o lugar, suntuário até.

Mesmo desprezando a diferença de instalação entre as habitações da vila americana, que são provisórias, e as brasileiras, o contraste de higiene, limpeza e trato do terreno adjacente é das mais marcantes. (ESG 1960: pp 04).

Neste sentido, a diferença entre o urbano em Noronha e o de Recife, por exemplo, não “atendia as novas exigências modernas”. Haja vista que a higiene nos alojamentos da vila americana se encontrava bem além da precariedade de moradia vivida pelo restante da ilha, e mais especificamente, a população não militar. Havia um espaço que podemos tomá-lo como moderno, a vila americana – mesmo sendo esta de caráter militar – e um espaço tido como precário e colonial⁴, construído desde o tempo do presídio. Marcas vistas até hoje em Noronha, onde boa parte das construções da Vila dos Remédios é tida dessa fase.

Contudo, a base era planejada. Espalhava-se por entre 11 pontos (ainda é possível ver o dormitório que era conferido aos iglus e ao cassino). Na época havia um *quê* de mistério para adentrar nessas instalações e que constatava com o que se via pela ilha em termos de urbanização.

O distanciamento de Noronha para a realidade vista em Recife dos anos 1950, por exemplo, leva-nos a pensar que o esquecimento imposto aos que lá residiam, seja temporariamente – como no caso dos militares e funcionários públicos que lá trabalhavam – seja fixo – aos que se encontravam no grupo da comunidade local e que seguiam o ritmo militar – não se restringia ao acesso ao continente brasileiro, mas a própria modernidade que era presenciada fora. O esquecimento não era apenas de caráter social, mas também um esquecimento imposto pelos quartéis, seguindo uma linha de vigiamento. A base americana pode ser tomada como o elemento de quebra dessa ordem militar brasileira e que mesmo assim não rompeu com a estrutura do secreto. Uma ruptura para se pensar na possibilidade de criar uma vila adequada a moradia e não mais casas sem estrutura sanitária, como as vistas no trecho do relatório.

Quando tratamos de observar a relação de trabalho na ilha entre os americanos e os contratados brasileiros presenciamos o “extraordinário”, relatado pelo Seu Davi, como um fator que distinguia os merecedores desse: os trabalhadores da base de teletipos, que construíam outra categoria social na Ilha. Para que fosse construída a base de teleguiados, a mão de obra especializada vinha do quadro militar estadunidense,

como forma de garantir a rapidez e a eficiência no trato com as instalações que iriam fazer. Numa matéria de jornal publicada Jornal do Comércio em 12 de abril de 1957, em Recife, os aviões que conduziam material e pessoas para o posto de Noronha, aterrizavam no Ibura. Com o símbolo da USAF (United States Air Force), operários especializados e engenheiros chegavam para dar suporte ao serviço técnico lá realizado. Pouco se sabia da chegada desses estrangeiros, o que causava desconfiança e especulações. De acordo com outra matéria do Jornal do Comércio publicada três meses antes:

os 50 soldados do Exército e os 30 da Aeronáutica não [tocavam] no assunto, mas os pescadores e o restante dos civis [comentavam] ingenuamente sobre uma idéia exata do que será aquilo, mas acham que vai haver muita confusão. Há um grupo neutro e uma grande maioria que gostará da vinda dos norte-americanos, já que americano significa dólar e trabalho (APEJE; hemeroteca; JC: 29/01/1957).

A idéia de que poderiam alcançar certa riqueza com a presença do ‘dollar’, construída na imagem estrangeira em Noronha, provocava aos que residiam na ilha, seja esses funcionários do Exército ou a serviço dele, a trocar o trabalho promovido pelo comando brasileiro pelas atividades oferecidas na base dos ‘yankees’. Afinal, o dólar significava bem-estar e isso acabava provocando certa preocupação à administração militar brasileira, que via a sua mão-de-obra se direcionar a outros espaços de trabalho e a tomar decisões para conter esse movimento.

O Sr. Francisco Oliveira (Seu Chiquito), que foi parar em Fernando de Noronha para trabalhar na base como encanador, conta em seus relatos que os norte-americanos “pagavam bem”, mas apenas ganhava bem aquele que possuía um ofício/profissão:

Eles pagavam bem. Pagavam trinta e cinco por horas. Trinta e cinco ‘mirreiros’. Naquela época era ‘mirreiros’. Um ‘mirrei’ era um real hoje. O cara que tinha profissão ganhava trinta e cinco. O que era braçal ganhava quinze. Geralmente era a metade. Os funcionários do exército quando entravam de licença especial, iam trabalhar nos americanos, que são seis meses. Ai, quando terminavam a licença, ai, não voltavam para o emprego do exército. Queria ficar no americano, que ganhava mais, e o emprego público federal ganhava do exército era uma micharia. Ai, foi obrigado o major Mafra, empacou e os americanos não podiam pagar esse preço, e baixou o preço. Ai baixou os salários dos funcionários porque senão ele ia ficar sem nenhum funcionário. O pessoal ia para o americano e não queria mais voltar pro trabalho dele, né? (SEU CHIQUITO: julho, 2008).

Assim, os *trabalhadores da base de teletipos* não voltariam ao trabalho caso não fosse determinada uma ordem para tal. A disciplina aqui não foi transgredida, pelo

simples fato que os próprios americanos diminuíaam o seu poder de barganhar a mão-de-obra em favor da ‘paz’ insular. “Trinta ‘mirreiros’” se tornava um instrumento de poder em que a força não se encontrava entre as mãos militares, mas sim na necessidade de sobrevivência.

Considerações:

Andar pelas pretas pedras conduz imagens de uma Noronha com diferentes uniformes e outro idioma que se misturava com os costumes e relações do viver ilhado. Lembrava uma Ilha *limpinha* e organizada, toda *pintadinha* de branco. Lembrava Brasil e Estados Unidos no nosso cotidiano regado por militarismo e disciplina. Uma Noronha dos *anos dourados* que despertava o desejo de muitos por possuí-la.

A população que nesse ambiente se inseria girava em torno dos afazeres domésticos e da obrigação do comando, podendo ser esses moradores civis ou militares. O ambiente bélico era uma constante nas vidas desses que muitos se viam numa “maré do abandono” onde apenas “a miragem do porto” era reconfortante. Flutuar por essa maré multifacetada nos leva a relatos ainda não revelados de pessoas vívidas por narrá-las.

Janirza Cavalcante, em sua tese de doutorado, na parte referente à complexa rede de relações sociais estabelecidas entre os ditos nascidos e/ou moradores locais e os ditos “haules” – (expressão utilizada pelos moradores da ilha para definir quem é de fora) – nos mostra que:

o tempo dos americanos era de muita fartura e que eles costumavam distribuir alimentos e roupas com a população civil. Por outro lado, de um espaço cercado e fechado àqueles que não mantinham qualquer relação com o trabalho lá desenvolvido, passou a ser lugar secreto, proibido, espaço e área dos americanos (LIMA 2000, pp 163-164).

Talvez por conta de “ser lugar secreto, proibido, espaço e área dos americanos” este espaço social tenha provocado um certo afastamento de parte da população não eleita a trabalhar para esse estrangeiro. A dificuldade em se comunicar, por conta do idioma, a patente distinta e diferente da brasileira, somado ao reduto inacessível a muitos, acentuaram ainda mais o sentido de solidão experimentado pelos estrangeiros,

que tentava saná-la com as horas de lazer que lhes eram destinados no Clube do Pico que servia como o cassino da base.

O tempo dos americanos se encontra esquecido pela Ilha. As estradas de pretas pedras ainda têm por falar. Mas para (re)elaborar o passado, se faz necessário o exercício de esquecer, percebendo os rastros deixados por este exercício (GAGNEBIN 2006: pp.105), cujo objetivo é buscar/encontrar um “tempo perdido” que talvez possa ser entendido não como um tempo que se perde sem fundamento, mas como esse é utilizado no revisitar de um *tempo do americano* repleta de significados. (DELEUZE 2006: pp.16)

¹ Entende-se Mundo Ocidental os países que tinham relações políticas e militares com os Estados Unidos Europa ocidental, America do sul e demais países de tendência econômica liberal.

² A administração do Arquipélago de Fernando de Noronha passou por diferentes órgãos e instituições do governo brasileiro. No século XIX era conferida a ilha a responsabilidade ao Ministério da Guerra (1823); ao Ministério da Justiça (1877) e a Província de Pernambuco (1891). Com a virada para o Século XX é conferida ao Governo Federal a sua jurisdição (1938) até se transformar em um Território Federal, em 09 de fevereiro de 1942, ficando sob o poder do Exército até os anos de 1981. Segui-se com a Aeronáutica (1986); o Estado Maior das Forças Armadas - EMFA (1986/1987) e o Ministério do Interior - MINTER (1987/1988), quando em 1988, volta a ser administrado pelo governo do Estado de Pernambuco na forma de Distrito Estadual até então.

³ Apática num sentido de ordenamento urbano ser regido pela arquitetura militar e não está inserida nos projetos e planejamentos de modernização do centro do Recife, por exemplo.

⁴ E aí esta expressão tem o mesmo sentido do que se percebe de COLONIAL na tese de doutorado de Fabiana Bruce, quando esta vai explicar o processo de transformação do espaço urbano na cidade do Recife.

Referências Bibliográficas:

CORDEIRO, Davi Alves (Seu Davi) - Entrevista concedida no dia 31 de julho de 2007; EPV – 0801 e 0802; Local: Residência de Seu Davi; Duração total/ aproximada: 1 hora e 40 minutos; Depoimento transcrito: 26 páginas. CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA E CULTURAL DE FERNANDO DE NORONHA (CEPEHC-FN) – ARQUIVO DIGITAL.

DA SILVA, Fabiana de Fátima Bruce. *Caminhando numa cidade de Luz e de Sombras: A Fotografia Moderna no Recife na década de 1950*. tese (doutorado em história) – programa de pós-graduação em história. Departamento de História. Recife: UFPE, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os Signos*. Trad. Antonio Piquet e Roberto Machado. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

Diário de Pernambuco: Edições de 25 de janeiro de 1957 e 27 de janeiro de 1957.

GAGNEBIN Jeanne Marie. *Lembrar, Esquecer, Escrever*. 1ª Edição – Editora 34 : 2006.

Jornal do Comércio: Edições de 29 de janeiro de 1957 e 12 de abril de 1957.

LIMA, Janirza Cavalcante da Rocha. *Nas águas do arquipélago de Fernando de Noronha*. Tese de doutoramento em ciências Sociais – São Paulo: PUC, 2000.

MOURA, Gerson. *EUA e América Latina – São Paulo: contexto, 1990 – (Repensando a História)*.

_____. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra* – Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil; 1990 – CPDOC/ FGV.

OLIVEIRA, Francisco (Seu Chiquito) - Entrevista concedida no dia 02 de agosto de 2007; EPV – 0701 e 0702; Local: Residência de Seu Chiquito; Duração total/ aproximada: 1 hora 40 minutos; Depoimento transcrito: 24 páginas. CENTRO DE PESQUISA HISTÓRICA E CULTURAL DE FERNANDO DE NORONHA (CEPEHC-FN) – ARQUIVO DIGITAL.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Fernando de Noronha: ilha de sonho e de assombração*. Dissertação de mestrado em Antropologia social – Rio de Janeiro, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. – São Paulo: Cia editora nacional, 2001. – (Brasiliana Novos Estudos; 5).

Relatório do curso superior de guerra TFFN. Parecer do doutor Eduardo Demarchi Difini sobre a 1ª viagem a Fernando de Noronha. Rio de janeiro 07 de junho de 1960.

Revista O Cruzeiro: 01 jun.1959. S.l., s.n.